

**CADERNO DE QUESTÕES****FISCAL DE TRANSPORTES URBANOS****ATENÇÃO**

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que **contém 80 (oitenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
Noções de Informática	16 a 25
Ética do Servidor na Administração Pública	26 a 30
Noções de Direito Administrativo e Constitucional	31 a 40
Legislação de Trânsito e Legislação de Transportes Urbanos	41 a 70
Contabilidade Geral Pública	71 a 80

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

*“A imaginação é mais importante que o conhecimento”*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, **fabricada em material incolor e transparente** de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a saída do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido ao candidato retirar-se da sala portando o caderno de questões.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio, no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

Boa Prova!

**2016**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: Na canoa do antropólogo

A malária e o sol escaldante pontuaram a traumática experiência do jovem antropólogo que, entre os aweti, no Xingu, em 1971, fazia sua pesquisa de mestrado. Deitada “em um lago de sangue”, a índia foi declarada morta pelo pajé, enquanto seu bebê recém-nascido chorava perto do fogo. A criança, esclareceu um índio, seria enterrada viva junto com a mãe, enquanto as labaredas terminariam de consumir a oca e os pertences da falecida. Diante disso, consumido pela febre, o antropólogo agarrou o bebê e, auxiliado por sua mulher grávida, uma estudante universitária de antropologia, protegeu-o por dois dias em sua rede, à espera da canoa que os levaria ao posto indígena.

Deve-se violar uma prática tradicional em nome do princípio da vida? Essa pergunta, a mesma que atormenta até hoje o antropólogo George Zarur, um amigo dileto, ressurgiu sob outra forma na polêmica sobre o Projeto de Lei 1.057, destinado a coibir o infanticídio entre os índios. À primeira vista, o dilema envolve os conceitos de cultura e direitos humanos.

Numa canoa remada por índios remunerados por contas de colares, ao longo de 12 horas, o casal de antropólogos abrigou a criança “da chuva, do sol e dos ramos da beira dos canais que unem a aldeia Aweti ao Posto Leonardo Villas-Boas”. Finalmente, Marina Villas-Boas recolheu o indiozinho desidratado e o encaminhou para adoção. [...] O PL 1.057 ganhou a alcunha de Lei Muwaji para celebrar a índia amazonense Muwaji Suruwahá, que enfrentou sua tribo a fim de salvar a vida da filha nascida com paralisia cerebral.

[...] O infanticídio indígena vitima gêmeos e crianças cujas mães são solteiras ou morreram no parto, assim como as que nascem com deficiências. Na origem da norma encontram-se as estratégias de sobrevivência de grupos humanos apossados permanentemente pela escassez. Nesse contexto, o leite materno e os cuidados com os recém-nascidos são bens limitados e, portanto, valiosos. Há lógica na prática do infanticídio, mas isso não é motivo para perenizá-la.

A unidade indissolúvel entre mãe e filho, na vida e na morte, justifica-se sob a premissa do modo de vida tradicional. Mas o cenário altera-se por completo na hora em que o grupo indígena passa a interagir com a sociedade moderna circundante, que assume a obrigação de prover-lhe serviços essenciais de saúde, inclusive leite para os recém-nascidos, vacinação e tratamentos médicos.

O PL 1.057 foi aprovado na Câmara e tramita no Senado. Há quem a classifique como instrumento de criminalização dos índios. Mas, a Lei Muwaji diz que o dever das autoridades é demover o grupo indígena, “sempre por meio do diálogo”, da persistência na prática do infanticídio, protegendo a criança pela “retirada provisória” do convívio do grupo antes de seu encaminhamento a programas de adoção. Além disso, obviamente, ela não cancela o princípio jurídico da imputabilidade do indígena, que impede a criminalização de atos derivados da observância de normas entranhadas na tradição do grupo. Na verdade, ao estabelecer a obrigação de comunicar o risco da eliminação de crianças, o PL 1.057 não criminaliza os índios, mas os agentes públicos que, pela omissão deliberada, acobertam violações ultrajantes dos direitos humanos.

Eu, que não tenho religião, enxergo nessa crítica preconceituosa um outro tipo de fundamentalismo: a veneração da cultura como um totem imemorial. E, como tantos outros, religiosos ou não, prefiro ver na canoa que salvou o indiozinho do Xingu uma metáfora para o diálogo entre culturas.

Demétrio Magnoli. *O Globo*, 22/10/2015. Disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniao/nacanoa-do-antropologo-17842818#ixzz3xSXXFoDB>. Adaptado.

01. A leitura do texto permite compreender que, para o autor:
  - (A) o interdito de vida é uma estratégia de sobrevivência indispensável
  - (B) a proteção das crianças indígenas é um dever das autoridades
  - (C) o amigo antropólogo não tinha direito de salvar o indiozinho
  - (D) a cultura deve ser reconhecida como um totem imemorial
02. Lê-se, no quarto parágrafo: “isso não é motivo para perenizá-la”. O verbo *perenizar* significa tornar *perene*, isto é:
  - (A) perceptível
  - (B) perdoável
  - (C) transitório
  - (D) perpétuo
03. Em “Na canoa do antropólogo”, favorece a argumentação do autor, tornando-a mais convincente para formar a opinião do leitor, a seguinte característica:
  - (A) apresentação de exemplos particulares, que evidenciam fatos relacionados ao tema do texto
  - (B) introdução de ilustrações hipotéticas, com emprego recorrente de conectivos condicionais
  - (C) manutenção de tom objetivo e impessoal na totalidade do texto
  - (D) indicação de quantitativos referentes à questão tratada
04. “Deitada ‘em um lago de sangue’, a índia foi declarada morta”. O autor destaca entre aspas o emprego de um recurso expressivo que, no contexto, visa conferir realce à cena relatada. Trata-se de hipérbole, figura de linguagem que também se evidencia em:
  - (A) Muito jovem, ele entregou a alma a Deus.
  - (B) O esnobe vive contando um caminhar de vantagens.
  - (C) A floresta, ferida pelo incêndio, chorava de desespero.
  - (D) Aquele menino parece um anjinho, briga sempre com os colegas.
05. Por um lado, a jurisprudência afirma que a natureza universal dos direitos humanos \_\_\_\_ inquestionável e que, independente das perspectivas culturais, os Estados \_\_\_\_ a obrigação de implementar a observância desses direitos. Por outro lado, parte dos antropólogos \_\_\_\_ para demonstrar que o interdito de vida não é monstruoso, pois, segundo a percepção indígena, trata-se de entes que não \_\_\_\_ ao universo social, ao sistema de relações que \_\_\_\_ o seu mundo, não tendo, por isso, adquirido humanidade.
 

Em observância à correta concordância verbal, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

  - (A) é – têm – esforça-se – pertencem – compõe
  - (B) são – têm – esforça-se – pertence – compõe
  - (C) é – tem – esforçam-se – pertence – compõem
  - (D) são – tem – esforçam-se – pertencem – compõem

Considere a seguinte frase, para responder às questões 06 e 07.

“A unidade indissolúvel entre mãe e filho, na vida e na morte, justifica-se sob a premissa do modo de vida tradicional.”

06. A preposição **sob**, empregada corretamente na frase, **NÃO** deve preencher a lacuna de:
- (A) A Câmara aprovou o projeto de lei, \_\_\_\_ protesto de alguns deputados.
- (B) O projeto de lei permanece \_\_\_\_ a mira de indianistas e antropólogos.
- (C) Haverá ainda muita discussão \_\_\_\_ certos aspectos da lei.
- (D) \_\_\_\_ pressão, o antropólogo teve uma atitude impulsiva.
07. O verbo *justificar* encontra-se flexionado na voz passiva sintética, assim como a forma verbal da seguinte frase:
- (A) **Necessita-se** de voluntários para socorrer as vítimas.
- (B) **Apresentou-se** uma tese bem controversa.
- (C) Apesar das dificuldades, **vive-se** feliz ali.
- (D) Antes, **confiava-se** na palavra alheia.
08. De acordo com a norma gramatical, em “à espera da canoa”, é necessário o emprego do acento grave indicativo de crase. Também se torna obrigatório o uso do acento grave em:
- (A) Constatada persistência na prática tradicional nociva, deve-se promover a retirada provisória da criança e/ou dos seus genitores do convívio do respectivo grupo.
- (B) Preservam-se o respeito e o fomento a qualquer prática tradicional que não viole os direitos humanos reconhecidos pela legislação nacional e internacional.
- (C) Quem tiver conhecimento de situação de risco, em função de tradição indígena nociva, precisa notificar a autoridade competente.
- (D) Devem ser adotadas medidas eficazes e adequadas para abolir práticas tradicionais prejudiciais a saúde da criança.
09. O prefixo inicial do substantivo *inimputabilidade* (penúltimo parágrafo) está presente, com o mesmo valor semântico, na seguinte palavra do texto:
- (A) interagir
- (B) infanticídio
- (C) indissolúvel
- (D) instrumento
10. Em *recém-nascido* é acertado o uso do hífen que, porém, está empregado **incorretamente** em:
- (A) Desenvolvem-se estudos para melhoria da conexão **inter-regional**.
- (B) Alguns usuários descontentes iniciaram um **abaixo-assinado**.
- (C) Enfrentam-se hoje sérios problemas de **infra-estrutura**.
- (D) A discussão foi gerada por um **mal-entendido**.

11. “O infanticídio indígena vítima gêmeos e crianças **cujas** mães são solteiras...” O pronome relativo em destaque, flexionado de modo idêntico, preenche corretamente a lacuna da seguinte frase:
- (A) Agradeço sempre às pessoas \_\_\_\_ palavras me confortaram.
- (B) Houve reclamação das garotas \_\_\_\_ professora ausentou-se.
- (C) Não trabalho com as profissionais \_\_\_\_ antecedentes desconheço.
- (D) Nessa exposição há obras belíssimas, \_\_\_\_ autor faleceu recentemente.
12. “Há lógica na prática do infanticídio, **mas** isso não é motivo...” Substituindo a conjunção em destaque por conectivo subordinativo, altera-se a relação lógica existente entre essas orações, ao reescrever o segmento da seguinte forma:
- (A) Embora haja lógica na prática do infanticídio, isso não é motivo...
- (B) Ainda que haja lógica na prática do infanticídio, isso não é motivo...
- (C) Desde que haja lógica na prática do infanticídio, isso não é motivo...
- (D) Se bem que haja lógica na prática do infanticídio, isso não é motivo...
13. Diferentes regras de acentuação gráfica justificam a escrita ortográfica das seguintes palavras do texto:
- (A) deficiências - malária
- (B) indissolúvel - saúde
- (C) polêmica - diálogo
- (D) convívio - índia
14. De acordo com a norma gramatical para a língua padrão escrita, incorre-se em **erro** ao reescrever o adjunto adverbial “**por meio do diálogo**” (penúltimo parágrafo) da seguinte forma:
- (A) pelo diálogo
- (B) através do diálogo
- (C) mediante o diálogo
- (D) por intermédio do diálogo
15. “Nesse contexto, o leite materno e os cuidados com os recém-nascidos são bens limitados e, **portanto**, valiosos...”. Substituindo o conectivo em destaque por outro, altera-se a relação lógica existente nessa frase, ao reescrevê-la da seguinte forma:
- (A) Como, nesse contexto, o leite materno e os cuidados com os recém-nascidos são bens limitados, tornam-se valiosos.
- (B) O leite materno e os cuidados com os recém-nascidos são bens limitados nesse contexto; tornam-se, pois valiosos.
- (C) Nesse contexto, o leite materno e os cuidados com os recém-nascidos são bens tão limitados que se tornam valiosos.
- (D) Nesse contexto, o leite materno e os cuidados com os recém-nascidos são bens limitados e, contudo, valiosos.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Observe a especificação e a figura abaixo.



## Impressora Multifuncional Epson L365 Tanque de Tinta Wi-Fi

Pela especificação indicada, conclui-se que essa impressora apresenta a seguinte funcionalidade:

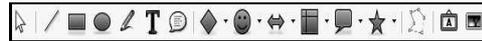
- (A) utiliza *toner* no trabalho de impressão a *laser*  
 (B) dispensa a necessidade de conexão cabeada  
 (C) é integrada ao computador por meio de uma conexão HDMI  
 (D) permite a digitalização de documentos operando como *plotter*
17. Entre os dispositivos que podem ser conectados a um micro-computador, dois exemplos que operam, exclusivamente, na entrada de dados são::
- (A) *mouse* e teclado  
 (B) teclado e *pendrive*  
 (C) *pendrive* e *deskjet*  
 (D) *deskjet* e *mouse*
18. Em uma máquina com sistema operacional Windows XP, versão em português, a execução do atalho de teclado Ctrl + Esc tem o seguinte significado:
- (A) esvaziar a lixeira  
 (B) acionar o menu iniciar  
 (C) exibir o painel de controle  
 (D) alterar a resolução de imagem do monitor de vídeo
19. No sistema operacional *Windows 10 BR*, a execução de um atalho de teclado tem por objetivo possibilitar o acesso alternado aos programas abertos em multitarefa. Esse atalho de teclado é:
- (A) Ctrl + Home  
 (B) Alt + Home  
 (C) Ctrl + Tab  
 (D) Alt + Tab

20. No editor de textos *Word* do pacote *MSOffice 2010 BR*, o

acionamento dos ícones  e  tem, respectivamente, as seguintes finalidades:

- (A) diminuir recuo de parágrafo e aplicar subscrito a uma seleção  
 (B) aumentar recuo de parágrafo e aplicar subscrito a uma seleção  
 (C) diminuir recuo de parágrafo e aplicar sobrescrito a uma seleção  
 (D) aumentar recuo de parágrafo e aplicar sobrescrito a uma seleção

21. No editor de textos *Writer* do pacote *MLibreOffice 4.3*, versão em português, o acionamento de um ícone tem por significado mostrar funções de desenho, ilustradas na barra da figura abaixo.



Esse ícone é:

- (A)   
 (B)   
 (C)   
 (D) 

22. Observe a planilha abaixo, criada no *software Calc* do pacote *LibreOffice 4.3*, versão em português.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	 <b>PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO</b>							
2	<b>Secretaria Municipal de Transportes - SMTR</b>							
3	 <b>LICITAÇÃO MATERIAL DE INFORMÁTICA</b> 							
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11				PREÇO				
12	#	DESCRIÇÃO	QTD	UNITÁRIO R\$			R\$	EMPRESA
13				F1	F2	F3	MENOR	VENCEDORA
14							COTAÇÃO	
15	1	MICRO i7	10	19.990	21.270	18.750	18.750	F3
16	2	HD Sata 1TB	5	1.400	1.630	1.510	1.400	F1
17	3	Pendrive 16GB	20	29	27	31	27	F2

Na planilha foram realizados os procedimentos abaixo:

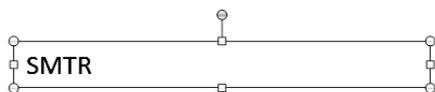
· Em G12, G13 e G14 foram inseridas expressões usando a função **MENOR** para determinar a menor cotação para o item entre as três empresas fornecedoras.

· A indicação da empresa vencedora nas células H12, H13 e H14 foi determinada por meio do emprego da função **SE** comparando a menor cotação com os valores das empresas fornecedoras para o item considerado, usando o conceito de referência absoluta.

Nessas condições, as expressões inseridas em G12 e H13 foram, respectivamente:

- (A) =MENOR(D12:F12) e  
 =SE(G13=D13;\$D\$11;SE(G13=E13;\$E\$11;\$F\$11))
- (B) =MENOR(D12:F12;1) e  
 =SE(G13=D13;\$D\$11;SE(G13=E13;\$E\$11;\$F\$11))
- (C) =MENOR(D12:F12) e  
 =SE(G13=D13;&D&11;SE(G13=E13;&E&11;&F&11))
- (D) =MENOR(D12:F12;1) e  
 =SE(G13=D13;&D&11;SE(G13=E13;&E&11;&F&11))

23. No uso do Powerpoint 2010 BR, um funcionário de nível superior, da Secretaria Municipal de Transportes, usou o recurso Caixa de Texto, indicado na figura abaixo, durante a criação de uma apresentação de slides.



Considerando que o padrão de alinhamento é à esquerda, conforme mostrado, para configurar alinhamento pelo centro, esse funcionário, a partir da caixa de Texto selecionada, deve

acionar o ícone  ou, como alternativa, executar o seguinte atalho de teclado:

- (A) Alt + E  
 (B) Alt + C  
 (C) Ctrl + C  
 (D) Ctrl + E
24. Após navegar no *Google Chrome*, a janela desse *browser* pode ser fechada por meio do acionamento de um ícone ou pela execução de um atalho de teclado. Esse ícone e o atalho de teclado são, respectivamente:
- (A)  e Alt + F1  
 (B)  e Alt + F1  
 (C)  e Alt + F4  
 (D)  e Alt + F4
25. *Cloud Computing* que tem por significado computação em nuvem, atualmente é uma realidade. Essa tecnologia permite a realização tanto de tarefas básicas quanto das mais complexas, na internet, sendo possível criar documentos de texto, planilhas ou fazer a edição de imagens. O sistema que permite rodar aplicativos e utilitários em nuvem, também guarda dados do usuário, dispensando o disco rígido do computador. Dois exemplos de serviços de armazenamento em nuvem são:
- (A) iCloud e Twitter  
 (B) LinkedIn e MySpace  
 (C) Dropbox e OneDrive  
 (D) SkyDrive e Netscape

#### ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26. A pena para aquele que se apropria de dinheiro que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outra pessoa, é a de:
- (A) detenção, de dois meses a dois anos, e multa  
 (B) reclusão, de seis meses a três anos  
 (C) reclusão, de um a quatro anos, e multa  
 (D) detenção, de dois a oito anos

27. Solicitar para si, indiretamente, ainda que antes de assumir a função, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de:
- (A) concussão  
 (B) corrupção passiva  
 (C) estelionato  
 (D) furto
28. Usurar o exercício de função pública, sem auferir vantagem, é crime punido com:
- (A) reclusão, de seis meses a três anos  
 (B) reclusão, de um a quatro anos, e multa  
 (C) detenção, de seis meses a dois anos  
 (D) detenção, de três meses a dois anos, e multa
29. Opor-se à execução de ato legal, mediante ameaça a funcionário competente para executá-lo, configura o seguinte tipo legal:
- (A) resistência  
 (B) desobediência  
 (C) excesso de exação  
 (D) desacato
30. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito, visando à indisponibilidade dos bens do indiciado, tomar a seguinte providência indicada no art. 7º da Lei 8429, de 1992:
- (A) oficiar o fato ao Juiz da Vara de Execução Criminal  
 (B) ajuizar ação popular  
 (C) representar ao Ministério Público  
 (D) apresentar denúncia ao Tribunal de Contas

#### NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

31. O dever do administrador público que impõe que sua atuação seja pautada pelos princípios da honestidade e moralidade é o da:
- (A) polícia administrativa  
 (B) eficiência  
 (C) prestação de contas  
 (D) probidade
32. Ao editar leis, o Poder Legislativo nem sempre possibilita que elas sejam executadas. Cumpre, então, à Administração criar os mecanismos de complementação das leis indispensáveis a sua efetiva aplicabilidade. Essa atividade é definida pela doutrina como base do exercício do poder:
- (A) regulamentar  
 (B) hierárquico  
 (C) disciplinar  
 (D) vinculado
33. O ato administrativo, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado e seu objeto imediatamente alcançado. Isso se dá por força da seguinte característica:
- (A) presunção de legitimidade  
 (B) autoexecutoriedade  
 (C) imperatividade  
 (D) solenidade

34. O ato administrativo que serve para que a Administração organize a sua atividade e seus órgãos, sendo, por essa razão, chamado por alguns autores de ordinatório, é:
- (A) o alvará  
(B) a portaria  
(C) a deliberação  
(D) o visto
35. Quando o beneficiário de determinado ato descumpre condições que permitem a manutenção do mesmo e de seus efeitos, a extinção se dará através da:
- (A) caducidade  
(B) anulação  
(C) cassação  
(D) conversão
36. O recurso administrativo pelo qual o recorrente, denunciando irregularidades, ilegalidades e condutas abusivas oriundas de agentes da administração, postula a apuração e a regularização dessas situações é denominado:
- (A) representação  
(B) pedido de reconsideração  
(C) reclamação  
(D) revisão
37. Segundo a classificação existente para os serviços públicos, aqueles que o Estado executa para compor melhor sua administração, como o que edita a imprensa oficial para a divulgação dos atos administrativos, são denominados serviços:
- (A) delegáveis  
(B) sociais  
(C) singulares  
(D) administrativos
38. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o seguinte:
- (A) trânsito  
(B) seguridade social  
(C) desapropriação  
(D) orçamento
39. Constitui pessoa jurídica de Direito Público Interno:
- (A) a União  
(B) o Estado Federal  
(C) a Presidência da República  
(D) o Governo Federal
40. Para efeito de teto salarial do funcionalismo, a Emenda Constitucional no. 47, de 2005, expressamente excluiu as parcelas de:
- (A) cargos incorporados  
(B) direito pessoal  
(C) caráter indenizatório  
(D) tempo de serviço

### LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E LEGISLAÇÃO DE TRANSPORTES URBANOS

41. De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito (DENATRAN, 2008), um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito consiste em:
- (A) estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento  
(B) zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas no Código Brasileiro de Trânsito e nas resoluções complementares  
(C) dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal  
(D) estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito
42. Considerando-se as normas de circulação e conduta de veículos motorizados, é correto afirmar que:
- (A) o condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, mesmo que haja sinalização permitindo a ultrapassagem  
(B) não é permitido utilizar a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente, com o objetivo de indicar para outros motoristas a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente, nem que seja por um curto período de tempo  
(C) o condutor, ao perceber que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo, deverá deslocar-se para a faixa da direita, sem acelerar a marcha, independentemente da faixa em que estiver circulando  
(D) veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, deverão utilizar-se de farol de luz baixa durante o dia e à noite
43. De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito, as vias abertas à circulação classificam-se, segundo sua utilização, em vias urbanas e vias rurais. A opção que apresenta todas as tipologias nas quais as vias urbanas podem ser classificadas é:
- (A) via coletora ou via local  
(B) via arterial, via coletora ou via local  
(C) vias de trânsito rápido, via coletora ou via local  
(D) vias de trânsito rápido, via arterial, via coletora ou via local
44. De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito, a velocidade máxima permitida para uma via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Contudo, nas vias urbanas coletoras, onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:
- (A) 30 km/h  
(B) 40 km/h  
(C) 50 km/h  
(D) 60 km/h

45. De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito, a sinalização terá a seguinte ordem crescente de prevalência:
- (A) I - as indicações do semáforo sobre os demais sinais; II - ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais; III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito
  - (B) I - as indicações do semáforo sobre os demais sinais; II - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito; III - ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais
  - (C) I - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito; II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais; III - ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais
  - (D) I. ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais; II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais; III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito
46. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames. O candidato que se habilitar na categoria C pode conduzir:
- (A) combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B ou C e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares
  - (B) veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista
  - (C) veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a 3.500 kg
  - (D) veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral

**Com base no texto abaixo, responda às questões de números 47 e 48.**

De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito, comete infração o condutor que deixa de guardar distância lateral e frontal entre o seu veículo e os demais, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas.

47. A infração praticada pelo condutor é de natureza:
- (A) gravíssima
  - (B) média
  - (C) grave
  - (D) leve
48. A autoridade de trânsito deverá aplicar ao condutor a seguinte penalidade:
- (A) multa
  - (B) apreensão do veículo
  - (C) advertência por escrito
  - (D) suspensão do direito de dirigir
49. Se o peso declarado na nota fiscal, fatura ou manifesto for superior ao limite legal, a responsabilidade pela infração relativa ao excesso de peso bruto total é do:
- (A) condutor, transportador e embarcador, solidariamente
  - (B) transportador e embarcador, solidariamente
  - (C) transportador
  - (D) embarcador

50. Após um acidente de trânsito, o condutor do veículo prestou pronto e integral socorro à vítima. Neste caso, **NÃO** pode ser aplicada a este condutor a:
- (A) imposição de prisão em flagrante, mas é permitida a exigência de fiança e a apreensão do veículo
  - (B) imposição de prisão em flagrante e apreensão do veículo, mas é permitida a exigência de fiança
  - (C) imposição de prisão em flagrante, bem como a exigência de fiança
  - (D) exigência de fiança, bem como a apreensão de veículo
51. As penas para aquele que praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor são detenção de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. Contudo, caso o infrator, no exercício de sua profissão ou atividade, esteja conduzindo veículo de transporte de passageiros, a pena tem aumento:
- (A) de 1/4 (um quarto) à 1/2 (metade)
  - (B) de 1/3 (um terço) à 1/2 (metade)
  - (C) de 1/4 (um quarto) ao dobro
  - (D) de 1/3 (um terço) ao dobro
52. A proximidade entre os componentes do sistema viário e a origem e destino dos deslocamentos está associada ao conceito de:
- (A) mobilidade
  - (B) integração
  - (C) acessibilidade
  - (D) segurança viária
53. Entre as categorias funcionais de via apresentadas a seguir, aquela com a maior oferta de mobilidade é a:
- (A) local
  - (B) lateral
  - (C) arterial
  - (D) coletora
54. O medidor eletrônico de velocidade adequado para rodovias, trechos expressos e vias arteriais, em locais e períodos que necessitem de fiscalização eventual do respeito à velocidade regulamentada, é:
- (A) lombada eletrônica
  - (B) radar móvel
  - (C) bandeira
  - (D) pardal
55. No que se refere à captação de demanda por um modo de transporte público urbano, o passageiro que não utiliza o transporte público porque o sistema não oferece um meio de realizar seu trajeto integra a chamada demanda:
- (A) reprimida
  - (B) potencial
  - (C) derivada
  - (D) transferida
56. O modo de transporte público urbano que apresenta alta capacidade, sendo ideal para eixos com demanda superior a 400.000 passageiros/dia, é o:
- (A) metrô
  - (B) metrô leve
  - (C) trem suburbano
  - (D) BRT (*Bus Rapid Transit*)

57. A Tabela 1 apresenta os municípios de determinada região metropolitana e suas respectivas populações.

Município	População (habitantes)
A	10.000
B	15.000
C	29.000
D	30.000
E	100.000
F	200.000
G	500.000
H	1.000.000

De acordo com a Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, sobre Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, devem elaborar um Plano de Mobilidade Urbana, os seguintes municípios:

- (A) G e H.  
 (B) E, F, G e H  
 (C) D, E, F, G e H  
 (D) C, D, E, F, G e H
58. A distância entre pontos de paradas e terminais tem grande influência na velocidade operacional dos veículos de transporte público. A faixa usual de distâncias entre paradas em um sistema de metrô é:
- (A) 700-2000m  
 (B) 200-600m  
 (C) 400-1000m  
 (D) 1500-4000m
59. No transporte público sobre trilhos, devido à impossibilidade de manobras, são utilizados apenas os seguintes tipos de baias:
- (A) baias em ângulo e baias com plataformas em forma de ilhas  
 (B) baias lineares e baias com plataformas em forma de ilhas  
 (C) baias lineares e baias do tipo dente de serra  
 (D) baias em ângulo e baias do tipo dente de serra
60. Uma linha de ônibus transporta 240 passageiros por hora e a capacidade do veículo é de 80 passageiros. O fator de renovação é 1,5. Nesse caso, o número de veículos a serem empregados é igual a:
- (A) 4  
 (B) 3  
 (C) 2  
 (D) 1

61. Um dos modos de controle de acessos ao sistema de transporte público é feito através do desbloqueio automático da catraca com o emprego de bilhete magnético, ficha ou cartão. Este modo de controle de acesso é conhecido como:

(A) acesso remoto  
 (B) bilhetagem automática  
 (C) bilhetagem inteligente  
 (D) acesso informatizado

62. O controle da operação do transporte público coletivo que abrange, entre outras atividades, a condução dos veículos pelos itinerários das linhas e a cobrança pelo serviço, **NÃO** tem entre os seus objetivos:

(A) garantir a correta contabilidade das empresas prestadoras do serviço  
 (B) evitar fraudes no recebimento/pagamento da passagem  
 (C) coletar dados e informações sobre a operação (demanda, oferta etc.)  
 (D) fazer com que os operadores tenham comportamento adequado no que se refere à segurança e comodidade do transporte

63. **NÃO** está associada ao conceito de acessibilidade para transportes públicos urbanos a facilidade de:

(A) alcançar o destino final  
 (B) sair do local de desembarque  
 (C) chegar ao local de embarque  
 (D) utilizar outros meios de transportes

64. Considera-se uma diferença entre a concessão e a permissão de serviços públicos o fato de que:

(A) na concessão, o concessionário deve demonstrar capacidade de desempenhar o serviço  
 (B) a permissão ocorre mediante licitação  
 (C) a permissão pode ser feita à pessoa física  
 (D) na concessão, o serviço ocorrerá por conta e risco do concessionário

65. O coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito é:

(A) o Conselho Nacional de Trânsito  
 (B) a Câmara Interministerial de Trânsito  
 (C) o Ministério das Cidades  
 (D) a Conferência Nacional das Cidades

66. As cidades têm enfrentado um problema crescente devido ao trânsito, estando entre as possíveis causas:

(A) o crescimento da frota de veículos  
 (B) o crescimento da população rural  
 (C) o fato da ocupação per capita do espaço viário pelo ônibus ser bem maior do que em relação ao automóvel  
 (D) o maior número de passageiros transportados nas regiões metropolitanas pelos sistemas ferroviário e metroviário, em relação aos ônibus

67. O transporte coletivo tem duplo objetivo no uso do espaço viário: aumentar a eficiência da circulação urbana e aumentar a justiça e a equidade na apropriação da cidade pela população. Neste sentido, **NÃO** é correto afirmar que:
- (A) medidas restritivas da liberdade total da utilização de veículos automotores podem ser necessárias, na medida em que a oferta de espaço para circulação se torna insuficiente ou inadequada para a demanda
- (B) a cobrança pelo direito de circular, por meio de pedágios urbanos, limitando a liberdade de circulação, é empregada em diversas cidades brasileiras como forma de regulamentação do uso das vias
- (C) uma das medidas mais incisivas para organizar a circulação é a especialização do sistema viário, com o aumento da sua eficiência operacional por meio da implantação de faixas, vias ou corredores exclusivos para ônibus
- (D) a construção de calçadas em áreas centrais é um dos exemplos que se destinam a proporcionar a requalificação urbanística de determinados espaços da cidade, especializando o sistema viário
68. O subsistema que organiza os deslocamentos ao longo dos principais corredores e eixos de articulações entre origens e destinos dentro do município ou região é conhecido como:
- (A) local
- (B) urbano
- (C) municipal
- (D) estrutural
69. Os benefícios tarifários, em sua maioria, variam de local para local. O único benefício garantido constitucionalmente em todo território nacional, é a:
- (A) isenção total do pagamento da tarifa para idosos maiores de 65 anos de idade
- (B) redução de 50% no valor da passagem de estudantes
- (C) gratuidade para pessoas portadoras de deficiência
- (D) gratuidade para acompanhantes de pessoas portadoras de deficiência
70. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidades executivas de trânsito:
- (A) dos Municípios
- (B) dos Estados e do Distrito Federal
- (C) da União
- (D) de Órgão Colegiado da União, Estados e Municípios

#### CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

71. No final do exercício foram obtidas as seguintes informações de uma sociedade anônima:
- |  |            |
|--|------------|
| Capital Social.....                        | 400.000,00 |
| Lucro Líquido antes das participações..... | 84.000,00  |
| Prejuízos Acumulados.....                  | 28.000,00  |
- Sabendo-se que o estatuto da sociedade previa a participação dos administradores e dos empregados de 10% do lucro, o valor apropriado como Reserva Legal correspondeu a:
- (A) R\$ 2.240,00
- (B) R\$ 2.268,00
- (C) R\$ 3.640,00
- (D) R\$ 3.668,00

72. Com base nos enunciados e na essência de cada um dos princípios de Contabilidade é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) pelo princípio da competência, as receitas são consideradas realizadas nas transações com terceiros quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo
- (B) de acordo com o princípio do registro pelo valor original, a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou de imposição destes
- (C) o princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte maior patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios
- (D) o princípio da oportunidade determina que os registros contábeis sejam feitos com tempestividade, no momento em que o fato ocorra, e com integridade, pelo seu valor completo
73. Em 31/03/2014, a Companhia ABC adquiriu à vista um equipamento usado por R\$ 63.000,00, da Cia. ALFA. Este equipamento fora comprado novo pela companhia vendedora em 31/03/2007, por R\$ 84.000,00. É de praxe no mercado, quando esse equipamento é adquirido novo, estimar sua vida útil em 10 anos. Sabendo-se que as duas empresas quando adquiriram o equipamento não determinaram qualquer valor residual, o montante apropriado em 31/12/2014 como despesa de depreciação pela Cia. ABC era igual a:
- (A) R\$ 9.450,00
- (B) R\$ 12.600,00
- (C) R\$ 15.750,00
- (D) R\$ 21.000,00
74. Na elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método direto, constitui um elemento no cálculo do fluxo líquido nas atividades de financiamento a seguinte operação:
- (A) recebimento pela venda à vista de ativo imobilizado
- (B) venda de ações emitidas
- (C) pagamento de juros de empréstimos obtidos
- (D) concessão de empréstimos a outras empresas
75. A Empresa Comercial Ltda., no mês de setembro, realizou as seguintes operações com mercadorias:
- Compras:
- dia 5 – 100 unidades a R\$ 80,00 cada uma; e
- dia 25 – 60 unidades a R\$ 85,00 cada uma.
- Vendas:
- dia 12 – 80 unidades a R\$ 100,00 cada uma; e
- dia 30 – 60 unidades a R\$ 105,00 cada uma.
- Sabendo-se que o estoque de mercadorias, no início do mês, possuía 20 unidades no montante de R\$ 1.500,00, e que as operações estavam isentas de quaisquer impostos, pode-se concluir que o montante do estoque em 30 de setembro era de:
- (A) R\$ 3.000,00 se avaliado pelo método UEPS
- (B) R\$ 3.200,00 se avaliado pelo método custo médio móvel
- (C) R\$ 3.244,00 se avaliado pelo método custo médio fixo
- (D) R\$ 3.400,00 se avaliado pelo método PEPS

76. Uma prefeitura no exercício financeiro de 2014 contabilizou as seguintes transações:

Incorporados de bens móveis por doações.....	6.800,00
Despesas com serviço de terceiros.....	11.200,00
Recebimento da dívida ativa.....	10.000,00
Reconhecimento de créditos tributários.....	5.800,00
Despesas com pessoal ativo e inativo.....	14.000,00
Amortização de empréstimo obtidos .....	10.800,00
Pagamento de juros e encargos da dívida.....	1.200,00
Baixa de bens móveis sinistrados.....	6.400,00
Aquisição de mobiliário e equipamentos.....	8.800,00
Arrecadação de tributos concomitantes com fato gerador.....	27.000,00
Aquisição de material de consumo para distribuição.....	8.000,00

Pode-se afirmar que o resultado patrimonial do exercício correspondeu a um:

- (A) superávit de R\$ 1.000,00  
 (B) déficit de R\$ 1.200,00  
 (C) déficit de R\$ 4.800,00  
 (D) superávit de R\$ 6.800,00
77. No que se refere à composição, estrutura e classificação das contas, no plano de contas aplicado ao setor público, é correto afirmar que:
- (A) as contas com informações de natureza orçamentária evidenciam fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio das entidades do setor público  
 (B) as contas com informações de natureza patrimonial processam e evidenciam os atos de gestão cujos efeitos podem produzir modificações no patrimônio se um ente governamental  
 (C) a conta Caixa e Equivalente de Caixa não pode ter como contrapartida a conta Receitas Realizadas ainda que seja utilizado o método das partidas dobradas com lançamentos a débito e a crédito com valores idênticos  
 (D) as contas contábeis estão classificadas de acordo com a sua natureza de informação orçamentária, patrimonial e de controle e, são estruturadas em sete níveis de desdobramento, sendo o último representado pelo subtítulo

78. As seguintes informações constavam no balanço orçamentário de uma prefeitura, elaborado no encerramento do exercício:

Previsão Atualizada.....	91.800,00
Dotação Atualizada.....	90.000,00
Despesas Empenhadas.....	89.100,00
Despesas Liquidadas.....	85.550,00
Despesas Pagas.....	81.900,00
Receitas Realizadas.....	92.250,00

Sabendo-se que no exercício não houve refinanciamento da dívida, reabertura de saldo remanescente de créditos adicionais, pode-se constatar que:

- (A) a economia de gastos foi igual a R\$ 10.350,00  
 (B) o valor inscrito em restos a pagar foi de R\$ 7.200,00  
 (C) o resultado da execução orçamentária foi superavitário de R\$ 6.750,00  
 (D) o valor inscrito em restos a pagar processado foi igual a R\$ 4.450,00

79. A demonstração contábil a ser elaborada, obrigatoriamente, por uma prefeitura no final do exercício, que indica a despesa orçamentária realizada por destinação de recursos é aquela denominada de:

- (A) Demonstração do Fluxo de Caixa  
 (B) Balanço Orçamentário  
 (C) Demonstração das Variações Patrimoniais  
 (D) Balanço Financeiro

80. Com base na estrutura e composição do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) as contas contábeis agrupadas na Classe 8 (oito) destinam-se à contabilização dos controles credores. Identifique dentre as contas abaixo mencionadas, aquela que é classificada nesta classe:

- (A) créditos a inscrever em dívida ativa  
 (B) restos a pagar não processados a liquidar  
 (C) previsão inicial da receita  
 (D) crédito empenhado a liquidar